



Fotos: ASCOM TRE-RJ e ASCOM TSE

TRE-RJ inicia recadastramento *biométrico* DE MAIS DE 2,8 MILHÕES de *eleitores* no estado

A pós o recadastramento dos eleitores de Armação dos Búzios, em 2009, e de Niterói, em 2013, a biometria inicia uma nova fase no estado do Rio de Janeiro em 2015. Desde abril, já podem realizar o procedimento mais de 2,8 milhões de eleitores de 17 municípios e de 21 das 97 zonas eleitorais da capital, conforme anunciou o presidente do TRE-RJ, desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos,

em sua cerimônia de posse, no dia 23 de março. “Com o apoio de magistrados e servidores, tenho certeza de que vamos fazer a diferença no projeto de recadastramento biométrico, que representa uma grande conquista para o aperfeiçoamento do exercício do voto e está sendo realizado em todo o Brasil, de acordo com as diretrizes do Tribunal Superior Eleitoral”, declarou o presidente. Inicialmente, o recadastramento não

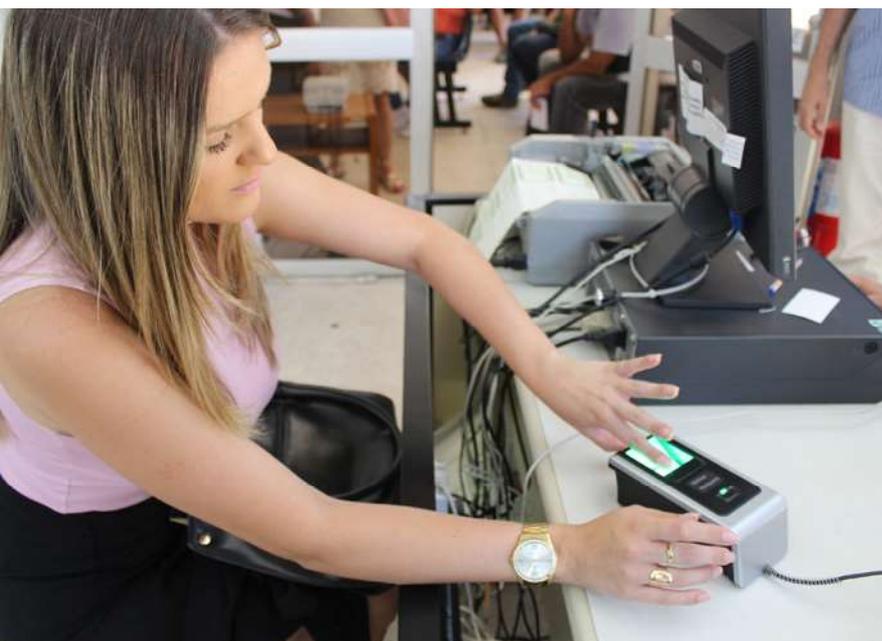


é obrigatório, mas a Justiça Eleitoral recomenda que os eleitores que residem nos locais onde já é possível fazer a biometria o façam o quanto antes. O objetivo é evitar filas no futuro e possibilitar a votação com urnas biométricas em 2016.

A biometria é uma tecnologia que vem sendo adotada pela Justiça Eleitoral desde 2008 para garantir ainda mais segurança às eleições brasileiras, especialmente na hora da identificação do eleitor, já que o sistema impede que uma pessoa vote no lugar de outra. Em 2014, após uma varredura em parte do banco de dados dos 24 milhões de eleitores que já tinham feito o recadastramento biométrico, o TSE encontrou 2.671 pessoas registradas como eleitores em duas ou mais seções. O recordista foi um eleitor que havia cadastrado sua impressão digital em 20 cartórios – ou seja, em tese, poderia votar 20 vezes. Embora o número de duplicidades identificadas possa ser considerado pouco significativo em relação ao eleitorado total, a notícia mostra que a possibilidade de uma

pessoa votar no lugar de outra é um problema real, e reforça a necessidade de implementação da identificação biométrica dos eleitores em todo o Brasil.

No interior, estão equipadas com kits biométricos as zonas eleitorais de Duque de Caxias, Vasouras, Volta Redonda, Seropédica, Trajano de Moraes, Cachoeiras do Macacu, Maricá, Miracema, Teresópolis, Carmo, São Fidélis, Campos dos Goytacazes, Rio das Ostras, Arraial do Cabo, Iguaba Grande, Araruama e Saquarema. Somados, esses 17 municípios possuem cerca de 1,9 milhão



de eleitores. Já na capital, como no momento nem todos os cartórios eleitorais estão aptos para fazer o cadastramento, os eleitores precisam consultar antes o site do TRE-RJ para verificar se já podem realizar o procedimento. Inicialmente, o serviço está disponível para 907 mil eleitores de 21 zonas eleitorais do município.

Até 14 de abril, 6.914 eleitores já haviam feito o cadastramento nesta nova fase da biometria no estado. Duque de Caxias, primeiro município a inaugurar seus kits biométricos, no dia 24 de março, respondeu pelo maior número de atendimentos, 2.154, seguido pelas 21 zonas eleitorais da capital, que, somadas, haviam realizado a identificação digital de 1.928 eleitores. Outros municípios com número expressivo de atendimentos no período foram Volta Redonda, com 889, e Maricá, com 445. Nas Eleições 2014, em todo o país, cerca de 21 milhões de eleitores foram identificados pelas impressões digitais. Segundo dados de março de 2015, mais de 24,5 milhões de eleitores brasileiros já participaram do Programa de Identificação Biométrica da Justiça Eleitoral e, dessa forma, estão aptos a serem identificados pelas digitais no dia da votação.

O cadastramento biométrico dispõe de recursos para atendimento às pessoas com dificuldades ou limitações para identificação digital, de modo que todos os cidadãos, independentemente de suas condições, podem participar do programa. O sistema de identificação biométrica exige que o eleitor tire um novo título eleitoral, para que a Justiça Eleitoral colete as impressões digitais de todos os dedos das mãos, a fotografia e a assinatura digital do eleitor. Esses dados passam a constar do Cadastro Nacional de Eleitor. Assim, no dia do pleito, o eleitor apresenta um documento oficial com foto ao mesário e se dirige à urna eletrônica, que é liberada para votação pelo reconhecimento das impressões digitais. Caso persista qualquer dúvida quanto à identidade do eleitor, o mesário ainda pode conferir a foto no caderno de votação. ■



Por uma Justiça Eleitoral mais próxima do cidadão

Nova gestão da EJE-RJ pretende estimular palestras de magistrados em escolas públicas



Fotos: ASCOM TRE-RJ

Designado em 2 de março, o diretor da Escola Judiciária Eleitoral do Rio de Janeiro (EJE-RJ), Wagner Cinelli de Paula Freitas, assumiu o cargo com entusiasmo. “Sempre gostei da proximidade com a academia, do debate, da proximidade com a atividade do ensino e do pensamento”, diz. Desembargador do TJ-RJ, Cinelli permanecerá à frente da EJE-RJ até o encerramento do mandato de membro substituto do TRE-RJ, em janeiro de 2016. A seu lado, terá o vice-diretor Flavio de Araújo Willeman. Advogado, procurador do estado e membro titular do TRE-RJ, na classe dos juristas, Willeman concluirá o mandato em fevereiro.

A nova gestão da EJE-RJ elegeu como princípio fundamental a possibilidade de aproximar a Justiça do cidadão, aproveitando o acesso privilegiado à população, provocado pelo dever de votar. “Todo mundo vai ser eleitor a partir dos 18 anos ou, se quiser, a partir dos 16”, argumenta Cinelli. “Esse exercício da cidadania é um convite para que todos busquem a Justiça Eleitoral. O tema das eleições

é fundamental para essa interface”, explica o desembargador. “Concordo plenamente”, completa o vice-diretor Willeman. “O TRE-RJ deve se aproximar da sociedade civil, sobretudo do jovem das escolas públicas, para levar a importância da participação cidadã no processo eleitoral”, afirma.

As estratégias para otimizar o curto mandato já começaram a ser definidas. “A gente está bastante sintonizado, eu e o doutor Flavio”, diz o diretor Cinelli, ao anunciar que pretende retomar o “TRE Vai à Escola”, projeto criado em 2011, na gestão da desembargadora eleitoral Ana Tereza Basílio. “Ele tem que voltar a ter força e, se possível, ter uma projeção ainda maior”, planeja. “Visualizamos hoje esse projeto com importância fundamental nesses meses que temos pela frente”, garante. Uma das primeiras medidas da nova gestão, inclusive, foi enviar um ofício às zonas eleitorais. “Convidamos os juízes a se voluntariarem, para que a gente possa dar início ao processo”, informa o diretor.

Para o vice-diretor Flavio Willeman, os projetos socioeducativos da EJE-RJ mostram o compromisso da Justiça Eleitoral com “a verdadeira implementação do ideário de cidadania”. Porém, ele ressalta que as discussões não ocorrem no terreno eleitoral-partidário. “A ideia é debater o Direito Eleitoral como fonte de cidadania, de democracia, não é interferir na disputa dos pleitos eleitorais”, esclarece. Essa não é uma preocupação menor. Afinal, não é consensual a noção de que os tribunais devam manter programas educativos e sociais. O próprio diretor Wagner Cinelli admite já ter sido crítico de programas sociais, posição que alterou ao longo da sua experiência na magistratura estadual.

“Quando surgiram os conciliadores na Justiça estadual e depois também na federal, eu achava que isso era papel das agências de composição extrajudicial do conflito ou das próprias partes”, lembra o diretor Cinelli. “Mas a realidade é que tem que ser a nossa matéria-prima. Quando as conciliações começaram a funcionar, eu vi que aquilo ajudava, pois a gente lida com um volume muito grande de demandas”, ensina. Da mesma forma, a realidade prática já teria demonstrado a importância dos programas sociais da EJE-RJ. “Eu diria que é um carro-chefe de sua existência”, diz o diretor. “Tanto quanto o aprimoramento de magistrados e servidores na área do Direito Eleitoral”, acredita.



TRE Vai à Escola 2015: reativação do projeto começou no dia 27 de abril, com palestra para 200 alunos no Colégio Estadual Marcílio Dias, em Belford Roxo. Evento teve a presença do desembargador Wagner Cinelli, do corregedor regional eleitoral, Marco Couto, e da juíza da 153ª ZE, Vera Maria Albuquerque

Juízes nas escolas

Além de compartilharem o ideal de uma Justiça mais próxima do cidadão, os dois magistrados enfrentam com otimismo o desafio de estimular a participação dos jovens na política. “Eu sonho que o juiz eleitoral esteja em todas as escolas, que tenha um encontro com todos esses jovens em algum momento, falando de cidadania e de outros temas”, revela o desembargador Cinelli, que já fez palestra sobre eleições para alunos da escola Éden, no Rio, a convite da direção. “Fui ainda a outros encontros em escolas públicas, num programa da Associação dos Magistrados”, recorda. “A garotada conversa de tudo, sobre o que está no jornal, problemas pessoais. É muito divertido e a gente se surpreende com os comentários”, conta o desembargador.

“Também estou muito empolgado”, diz o vice-diretor Flavio Willeman. “A fase de qualquer aparato de poder do Estado fora de contato com a sociedade não existe mais, isso acabou”, analisa o desembargador eleitoral. Para ele, a Justiça itinerante seria exemplo da maior proximidade entre o Judiciário e a sociedade civil. “Mas é um grande desafio”, alerta. “Porque a gente vive conversando com as pessoas e pouca gente entende as funções da Justiça Eleitoral”, constata. Os programas desenvolvidos nas escolas representam a oportunidade de esclarecer sobre o papel dessa Justiça especializada no Brasil. “Também da importância dos jovens como parte de um projeto de formação de políticos, candidatos, ideias e de uma Justiça representativa mais justa”, argumenta. ■



Dia histórico: a diretora da escola de Belford Roxo, Mônica Almeida, definiu o encontro como “histórico” e “uma aula de cidadania” para os jovens, que tinham 16 e 17 anos. Os alunos fizeram perguntas e, após a palestra, tiraram fotos com a juíza Vera Albuquerque e simularam a votação na urna eletrônica